

PRÁTICAS DA
HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

N.º 7 - 2018



Recensão a *Left-Wing Melancholia.
Marxism, History, and Memory*,
de Enzo Traverso

João Miguel Almeida

Práticas da História, n.º 7 (2018): 268-276

www.praticasdahistoria.pt

Enzo Traverso

*Left-Wing Melancholia. Marxism,
History, and Memory*

New York: Columbia University Press, 2016, 289 pp.

João Miguel Almeida*

Ao longo da sua obra, Enzo Traverso tem refletido sobre os modos de usar o passado, em especial o passado do século XX e os usos da memória e da História que emergiram após a queda do muro de Berlim e o fim da guerra fria¹. Em *Left Wing Melancholia* continua esta reflexão, a partir da identificação de dois paradigmas vigentes de abordagem ao passado recente, os quais não se equivalem nas suas implicações éticas e políticas e são exercidos numa relação de forças muito desigual. Segundo o autor, há um paradigma claramente hegemónico, o do neoliberalismo, para o qual o presente é um horizonte insuperável. O passado não pode ser compreendido a partir de um horizonte de esperança projetado no futuro e os conflitos, os combates políticos do século XX, devem ser lembrados por causa das vítimas da violência política e de erros a serem evitados no presente. Um outro paradigma, que ele defende, é a construção de uma «memória histórica» da esquerda na perspetiva de uma melancolia crítica, perspetiva que parte de uma empatia pelos vencidos da História. Essa perspetiva, defende, não só potencia uma melhor compreensão do passado do que a empatia pelos vencedores

* Pós-doutorando da FCT no IHC/NOVA.

¹ Sobre os modos de usar o passado já publicara Traverso, Enzo. *Le Passé, mode d'emploi: Histoire, mémoire, politique*. Paris: La Fabrique, 2005 do qual existe uma tradução portuguesa: Traverso, Enzo, *O Passado, Modos de Usar: História, Memória e Política*. Lisboa: Unipop, 2012. Publicou também *L'Histoire comme champ de bataille: Interpréter les violences du XXe-me siècle*. Paris: La Découverte, 2011.

implícita na visão historicista, como permite mobilizar para o presente as esperanças não realizadas dos vencidos da História.

O início do século XXI distingue-se do início dos dois séculos anteriores por ter perdido o horizonte utópico. Esta falta de perspectiva acerca do futuro condiciona a perspectiva acerca do passado: como afirma Traverso, «a obsessão com o passado resulta do fim das utopias: um mundo sem utopias olha para trás» (p. 9). E o passado do século XX mais mostrado, lembrado, comemorado, são as guerras e os genocídios. A visão do passado centra-se na figura da vítima, figura que até então permanecera na sombra. «A memória do Gulag apagou a da revolução, a memória do Holocausto substituiu a do fascismo, e a memória da escravatura eclipsou a do anticolonialismo» (p. 10).

A fórmula de Cícero que apresenta a História como «mestra da vida» parecia ter sido varrida para o lixo da História pela revolução francesa. Ela implicava uma visão cíclica da História, em que os homens poderiam sempre moldar a sua ação pelos melhores exemplos do passado, e que deixava de fazer sentido numa sociedade que se via a si mesma como orientada pela ideia de progresso. O futuro seria sempre novo. No entanto, após a queda do muro de Berlim e as «revoluções de veludo», Fukuyama pôde proclamar o «Fim da História». A fórmula de Cícero foi reabilitada e até pode ser usada como advertência contra os perigos das utopias.

Para Traverso, o ano de viragem da perceção da história foi 1989 e as imagens que simbolizam essa viragem são as da queda do muro de Berlim, imagens que chega a considerar uma reversão das imagens do derrube da estátua do Czar no *Outubro* de Eisenstein. «Como qualquer grande acontecimento histórico modificou a perceção do passado e espoltoeu uma nova imaginação histórica» (p. 2).

O impacto desse acontecimento histórico não foi apenas o fracasso de um tipo específico de socialismo de Estado, mas de «toda uma representação do século XX». Mesmo intelectuais de esquerda antiestalinistas, como Christa Wolf, sentiram-se espiritualmente «sem abrigo». Ao contrário de outras revoluções, as «revoluções de veludo» não foram

capazes de gerar novas utopias. Em vez de criarem sociedades projetadas no futuro, estas revoluções criaram sociedades «obcecadas com o passado» – corporizado no aparecimento de museus e instituições patrimoniais que visavam recuperar um passado nacional confiscado pelo comunismo soviético.

Também as revoluções da chamada «primavera árabe» entraram num beco sem saída semelhante: destruíram duas ditaduras no Egito e na Tunísia, mas não foram capazes de criar alternativas políticas. Apontando as suas debilidades de liderança e das forças sociais que as suportavam, Traverso considera, no entanto, que não residem aqui os seus limites. Os seus limites são os limites da nossa época.

O colapso do comunismo foi acompanhado ou até precedido pela exaustão das lutas e das utopias feministas, gerando novas formas de melancolia.

No pós-Guerra Fria, a democracia liberal e as sociedades de mercado livre proclamaram a vitória do feminismo com a realização da igualdade jurídica e a autodeterminação individual de que as sagas das mulheres de negócios são o exemplo mais louvado. O fim das utopias feministas alimentou uma série de «políticas de identidade» regressivas.

O diagnóstico de uma mudança histórica que afetava a relação dos homens e mulheres com o tempo histórico foi partilhado por diversos intelectuais, de posicionamentos ideológicos diversos, embora as ilações que tirassem fossem diferentes. François Furet em *O Passado de uma Ilusão* declarou que estamos condenados a viver no mundo tal como ele é. Frederic Jameson considerou que o princípio do século XXI coincidiu com a transição do «princípio de esperança» para o «princípio de responsabilidade», associado à consciência ecológica e a uma interrogação sobre o mundo que vamos legar às gerações futuras. Partindo da distinção de Ernest Bloch entre os sonhos prometaicos acerca do futuro e as esperanças antecipatórias inspiradoras de transformações revolucionárias do presente, Traverso considera que hoje as distopias de pesadelos futuros substituíram os sonhos prometaicos e as utopias de transformação coletiva foram destruídas pela sua privatiza-

ção num mundo reificado. Koselleck observou que no início do séc. XXI a interação entre passado e futuro parece esgotada. As utopias parecem ser uma categoria do passado. Não há um «horizonte de expectativas». François Hartog propôs o conceito de presentismo, um presente expandido, que absorve quer o passado quer o futuro. Um passado reificado pela indústria que destrói qualquer possibilidade de transmissão de experiência; um futuro abolido pelo neoliberalismo.

Se as ideias que as esquerdas faziam do futuro eram inspiradas pelas utopias, as ideias que faziam do passado eram indissociáveis da memória das classes trabalhadoras e dos partidos de esquerda. Diversas mudanças no interior das sociedades capitalistas contribuíram para a perda ou enfraquecimento desta memória. A queda do comunismo coincidiu com a do fordismo, ou seja, do capitalismo industrial que dominou o século XX. O movimento europeu dos trabalhadores perdeu quer a sua cultura quer a sua base social. Na década de 1990 desapareceram ou declinaram os partidos políticos de massas dominantes após a II Grande Guerra, cujo modelo eram os partidos de esquerda. Foram substituídos por «catch-all parties» sem identidades políticas fortes.

A memória, que se encontra cada vez mais enfraquecida e fragmentada, especialmente à esquerda, tem sido no entanto valorizada pelos historiadores de um modo sem precedentes. Ao longo do século XX os académicos sempre se esforçaram por manter os dois campos separados. Foi na última década do século XX que emergiu a «memória histórica».

Ao escrever a história da esquerda e dos usos da memória pela esquerda, Traverso lembra que na década de 1960 havia uma espécie de sincronismo entre os três sectores da «revolução mundial» que formou a juventude e transformou a ideia e a prática da revolução: os movimentos anticapitalistas do ocidente, os movimentos antiburocráticos da Europa de Leste e os movimentos anti-imperialistas revolucionários no Terceiro Mundo.

Houve um esvaziamento político da memória: em França, o maio de 1968 passou a ser celebrado como uma pura mudança cultural em

que a juventude impeliu a sociedade do gaullismo a novas formas de liberalismo e individualismo.

Traverso defende uma melancolia que não seja um lamento por uma utopia perdida, mas um modo de repensar um projeto revolucionário numa época não revolucionária. Para o autor, a melancolia é a premissa de uma compreensão crítica. Em vez de representar uma fixação mórbida no passado, permite ao historiador superar um trauma sofrido.

A sua defesa de uma melancolia crítica vai no entanto mais longe, sugerindo uma superioridade epistemológica da visão dos vencidos. Cita a afirmação de Koselleck de que a história é escrita a curto prazo pelos vencedores, mas a longo prazo a compreensão histórica ganha com a visão dos vencidos. Os vencedores caem numa visão apologética do passado, baseada num esquema providencial. Os vencidos repensam o passado com um olhar crítico.

Adotar o ponto de vista dos vencidos é, afinal, uma forma de regressar a Karl Marx, que escreveu sobre as revoluções do século XIX do ponto de vista das classes proletárias vencidas. Marx sentia empatia pelos proletários e ele próprio era, de certo modo, um vencido, no sentido em que era um exilado e um intelectual marginal.

Na História da historiografia é o materialismo dialético que rompe com a empatia positivista pelos vencedores e esta rutura tem sequelas nos estudos «a partir de baixo» marxistas e nos «estudos subalternos». São exemplos os estudos de E.P. Thompson sobre as classes trabalhadoras e de Ranajit Guha sobre as pequenas vozes dos camponeses oprimidos.

Hobbsbawm, em *A Era dos Extremos*, vê-se a si mesmo como um vencido, que no entanto teve razão em lutar. Considera que, paradoxalmente, o comunismo soviético salvou o capitalismo ao derrotar o nazismo e ao obrigar o capitalismo a reformular-se criando um Estado social. O comunismo soviético estava condenado ao fracasso, na medida em que só podia triunfar devido a um autoritarismo que aniquilava o projeto socialista, mas desempenhou um papel histórico fundamental no século XX. O comunismo permitiu a resistência ao fascismo mas foi incapaz de derrubar o capitalismo.

Para Traverso, a esquerda não pode continuar a fazer o luto das suas derrotas da mesma maneira após 1989, pois a perda parece irreparável e não pode ser sublimada pela mobilização por um movimento político. Seguindo Zizek, para quem a melancolia é a identificação de uma falta e não de uma perda, a melancolia deve identificar-se com as aspirações comunistas e não com a sua realização no socialismo de Estado.

Para cultivar a melancolia crítica o socialismo tem de renunciar a uma visão teleológica da história que não admitia a tragédia. Por esta razão deve integrar os contributos de Lucian Goldmann que, partindo da ideia de Pascal da fé em Deus como uma aposta, concebe o socialismo como um ato antropológico de fé nas capacidades emancipatórias dos seres humanos. Deve também assumir as críticas de pensadores marxistas às tendências revolucionárias que rejeitavam o passado em nome do futuro. Foi o caso da crítica de Trotsky ao futurismo por recusar integrar uma tradição revolucionária. Pelo contrário, o autor vê na memória uma chave para imaginar o futuro e a utopia.

Com este programa intelectual, o livro de Traverso desenvolve-se na identificação dos sinais de luto pelas derrotas das utopias de esquerda e na busca das conexões entre a melancolia e a imaginação crítica de alguns dos intelectuais de esquerda, em especial marxista, mais marcantes da época contemporânea. Esta busca inclui a exposição de encontros falhados, sugerindo que a História dos projetos de esquerda podia ter sido outra, possivelmente com melhores resultados. Não é de excluir que, à maneira de Cícero, a esquerda de hoje possa tirar «lições» de desentendimentos e erros passados.

No capítulo terceiro, dedicado às imagens do luto das derrotas de esquerda, o autor dedica uma especial atenção às narrativas cinematográficas, identificando uma viragem nos anos 1990: ao tom épico que percorre os filmes de Eisenstein e Pontecorvo, *O Coraçado Potemkin* e *Burn!*, sucede o tom melancólico. Após o colapso das revoluções no século XX, a utopia deixa de ser um «ainda não» para surgir como «um lugar que já não existe».

Seguindo as raízes modernas da imaginação utópica, Traverso analisa a ambivalente rebelião boémia que tanto pôde levar à esquerda

revolucionária como ao fascismo. O boémio representa o «cigano da mente» por contraposição à estabilidade da ordem burguesa. O reino mental da boémia é um terreno propício à *arte pela arte* e à *insurreição pela insurreição*. Por isso o reino da boémia é objeto de reflexão, de incursões, de ligações inesperadas, de familiaridades estranhas de figuras como Marx, Coubert, Benjamin e até Trotsky, apesar do último ter escrito explicitamente em *Literatura e Revolução* que o genuíno revolucionário não era um boémio.

Os três capítulos finais são incursões na história do século XX focando o pensamento e aspetos biográficos de intelectuais que buscaram alternativas ao autoritarismo burocrático do estalinismo, ao reformismo evolucionista da social-democracia e ao refúgio estético do marxismo ocidental. A última corrente marxista merece mais atenção do autor do que as duas primeiras. O desencontro entre o marxismo negro, anticolonial, e o marxismo ocidental, etnocêntrico, é personificado por CLR James e Adorno. O encontro entre Adorno e Benjamin é em grande parte um encontro falhado, gerador de desentendimentos e equívocos, apesar das afinidades, das relações comuns e da amizade. Os dois intelectuais alemães e marxistas de proveniência judaica vivem duas formas muito distintas da «melancolia de esquerda»: a de Benjamin favorece uma agência radical e a politização da arte por contraponto à estetização da política pelo fascismo; a de Adorno envereda por um criticismo contemplativo. Para o primeiro, a sociedade de massas podia ter uma dimensão emancipatória que compensava a perda da «aura» da obra de arte única. Para o segundo, significava o fim da criação artística através da reificação universal. A releitura de Benjamin por Daniel Bensaïd possibilita, segundo Traverso, uma via fecunda para uma outra visão da História baseada nas ideias de lembrança e de melancolia política. Escrevendo uma boa parte da sua obra após a queda dos regimes de referência comunista a Leste, Bensaïd redescobriu Benjamin e procurou superar o lapso entre o enfoque do trotskismo na economia política e do marxismo ocidental na filosofia e na estética.

Como Benjamin, Traverso concebe a História como um tempo aberto. O passado nunca abandona o presente nem pode ser sepa-

rado dele. Nada é definitivamente perdido, embora tudo o que pertença ao passado esteja sempre ameaçado. Condição que permite *resgatar* o passado, não para repeti-lo, mas para «*mudar o presente*». A transformação do mundo é uma utopia possível, uma «aposta melancólica» e voluntarista, alimentada pela memória.

O ensaio de Traverso abre novas perspectivas e estimula o debate sobre os temas que aborda. Não concordamos com algumas das generalizações do autor: não nos parece que a memória do Holocausto tenha substituído a do fascismo ou que a memória da escravatura tenha remetido para a sombra a do anticolonialismo. Por exemplo, em Portugal e noutros países, a memória das vítimas do fascismo tem coexistido com estudos e práticas museológicas polifacetadas sobre a sua história². Os diversos trabalhos historiográficos que têm acentuado as continuidades entre o fim da escravatura e a implementação de novas formas de exploração do trabalho em regime colonial³ têm dificuldade em alcançar o grande público e pouco contribuem para a construção de uma memória da escravatura. Mas, ainda assim, o espaço público é ocasionalmente assombrado por intervenções de historiadores, jornalistas, escritores, artistas, ativistas, em que é questionada a relação entre a escravatura e o poder colonial, o qual continuou e até se intensificou após a abolição da escravatura. Um exemplo deste fenómeno em Portugal foi a contestação desencadeada pelas declarações do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa em Gorée, em visita de Estado ao Senegal, em 2017, sobre o alegado papel pioneiro de Portugal na abolição da escravatura. Num documento intitulado «Um regresso ao

2 O Museu do Aljube em Lisboa, pretendendo contribuir para a construção de uma memória da dimensão repressiva do Estado Novo, não tem, em nosso entender, apagado ou desvalorizado a identidade política dos prisioneiros da ditadura. A Biblioteca-Museu República e Resistência associa explicitamente na sua designação a identidade política republicana à resistência ao Estado Novo. O projeto do futuro Museu Nacional de Resistência e Liberdade, em Peniche, conta com a colaboração de antigos presos políticos, que não se veem a si mesmos como vítimas, mas como combatentes antifascistas.

3 Um dos autores que tem estudado a relação entre o fim do abolicionismo e uma nova fase de exploração económica das colónias é Roquinaldo Ferreira, professor na Universidade de Brown, que focou a bibliografia e a investigação em curso sobre o tema numa intervenção intitulada «Do local/ao transnacional/global: abolicionismo e regimes de trabalho na África Central» e apresentada em Lisboa a 15 de novembro de 2017 no congresso internacional «Angola: Os Legados do Passado, os Desafios do Presente».

passado em Gorée. Não em nosso nome», historiadores e outras figuras do mundo cultural estabeleceram explicitamente uma associação entre a história da participação de portugueses no comércio e escravização de africanos e outras formas de opressão que só terminaram com o processo de descolonização⁴.

Quanto à questão de fundo, a ligação entre a memória e o empenho na transformação do presente, esta também ganharia em ser abordada na perspectiva oposta à exposta neste livro: a memória das vitórias dos combates de esquerda, que resultaram no reconhecimento de direitos individuais e sociais, pode ser vista como uma forma de defender direitos conquistados e incentivar a luta pelo seu alargamento. Lembrar que esses direitos não foram resultado da instauração da ordem neoliberal, e que a sua aquisição definitiva não é certa, é outra forma de os defender, não como um ponto de chegada, mas como um sinal de esperança para realizar aspirações derrotadas no passado.

Referência para citação:

Almeida, João Miguel “Recensão a *Left-Wing Melancholia. Marxism, History, and Memory* de Enzo Traverso.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 7 (2018); 268-276.

4 AAVV. «Regresso ao passado em Gorée. Não em nosso nome». *Diário de Notícias*, <https://www.dn.pt/portugal/interior/um-regresso-ao-passado-em-goree-nao-em-nosso-nome-6228800.html>. (acedido a 26/11/2018) «No decorrer da sua visita de Estado ao Senegal ocorrida na semana passada, achou por bem o Sr. Presidente da República visitar a ilha de Gorée, um antigo entreposto nas rotas atlânticas do tráfico de escravos. A carga simbólica do lugar tem aumentado nos últimos anos, devido às visitas de proeminentes figuras de Estado e do meio eclesiástico que aí escolheram pedir perdão pelo envolvimento histórico das comunidades que representam no tráfico e/ou escravização de seres humanos. (...) Mas, ao contrário destas figuras, e apesar das expectativas que o anúncio da visita criou, o Presidente escolheu não reconhecer em Gorée a longa e sinuosa história da responsabilidade portuguesa no comércio e escravização de africanos, nem as outras formas de opressão que em nome do país foram praticadas e legalmente sustentadas nas colónias africanas até à extinção do regime colonial português em 1974-75. (...)».